

Os “Cortejos de Oferendas” da Santa Casa da Misericórdia do Fundão, território, identidade, poderes e caridade: uma leitura

*The “Offering Courts” of Santa Casa da
Misericórdia of Fundão, territory, identity,
powers and charity: a reading*

PEDRO MIGUEL SALVADO

Investigador do Instituto Universitário de Iberoamerica –
Universidade de Salamanca

*Researcher at the University Institute of Iberoamerica –
University of Salamanca*

Diretor do Museu Arqueológico Municipal do Fundão

Director of the Municipal Archaeological Museum of Fundão

RESUMO

Os Cortejos de Oferendas, que tiveram lugar no Fundão na década de sessenta do século XX em benefício da sua Misericórdia, foram dos acontecimentos que mais contribuíram para a afirmação da ligação entre a Instituição, a cidade e as comunidades rurais do município. A preparação do evento, surgido como resposta às dificuldades financeiras características desta época, implicava, entre outros aspetos, uma notável organização, de divulgação da iniciativa, de sensibilização, de motivação e de controlo dos discursos transmitidos e das representações cenográficas envolvidas. Para além do seu significado económico, os Cortejos, pela sua grande capacidade mobilizadora e representatividade social, assumiram-se como «símbolo de caridade» e de homogeneidade e harmonia cultural e social do concelho. Uma análise mais detalhada das fontes associadas a estas manifestações cívicas permite-nos apreender o peculiar quadro relacional entre o centro político e a província, com as suas pequenas tensões e palcos que ilustram e vincam a forma subserviente como os poderes se exerciam na sociedade portuguesa durante o salazarismo.

PALAVRAS-CHAVE

Assistencialismo, Cortejo de Oferendas, Folclore, Fundão, Santa Casa da Misericórdia.

ABSTRACT

The Offering Courts, which took place in Fundão in the sixties of the twentieth century for the benefit of its Mercy, were the events that most contributed to the affirmation of the connection between the Institution, the city and the rural communities of the municipality. The preparation of the event, which emerged as a response to the financial difficulties characteristic of this time, implied, among other aspects, a remarkable organization, to publicize the initiative, to raise awareness, motivation and control of the speeches transmitted and the scenographic representations involved. In addition to their economic significance, the Courts, because of their great capacity for mobilization and social representation, have become the "symbol of charity" and homogeneity as well as cultural and social harmony of the county. A more detailed analysis of the sources associated with these civic manifestations allows us to apprehend the peculiar relationship between the political centre and the province, with its small tensions and grounds that illustrate and reinforce the subservient form as the powers were exercised in the Portuguese society during Salazarism.

KEYWORDS

Assistencialism, Courtship of Offerings, Folklore, Fundão, Santa Casa da Misericórdia.

A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO FUNDÃO E A CRIAÇÃO DO NOVO HOSPITAL

De fundação quinhentista, a Misericórdia do Fundão foi uma das organizações que mais marcaram as dinâmicas sociais e religiosas da respetiva comunidade exercendo, desde sempre, uma saliente presença arquitetónica na malha urbana e um papel decisivo nos domínios da direção das espiritualidades e das práticas de assistência. Sirva de exemplo a organização de algumas das solenidades públicas que cumpriam o calendário religioso, sobretudo as ligadas ao tempo da Quaresma, traduzidas na fixação de uma geografia de arquiteturas e de itinerários no espaço coletivo que expressavam um essencial equilíbrio entre sentidas vivências religiosas e afirmações sociais e políticas. Os artigos 2, 3 e 4 do Capítulo 1 do *Compromisso da Santa Casa*, estabelecido na década de cinquenta do século XX, continuaram a evocar essa articulação dos elementos do modelado urbano gerido pela Misericórdia com a prestação de encargos nas áreas da saúde, da educação, sempre com uma atenção muito particular aos socialmente excluídos, ligando as suas minguas durante a vida com o valor do conforto espiritual na circunstância da morte. Neles se lê:

«Art.º 2

Na prossecução dos seus fins de culto e de assistência religiosa, moral e material aos pobres e indigentes do concelho, concorrentemente com as Misericórdias de Alpedrinha e da Soalheira e outros institutos de beneficência, e sem prejuízo de subordinação à autoridade eclesiástica na esfera das respetivas atribuições, cabe-lhe presentemente a administração dos seguintes templos, edículas e organismos: a) Capela da Misericórdia; b) Capela do Calvário; c) Passos da Capela de Santo António, da cerca do Hospital (lado Norte) e das ruas de José de Cunha Taborda, João Franco e Dr. Teodoro Mesquita; d) Hospital da Misericórdia, com seus postos de radiologia e de transfusão de sangue; e) Albergue dos Inválidos do Trabalho de Júlio da Cunha Navarro de Paiva; f) Patronato de D. Ermelinda de Azevedo, com o Colégio de Sagrada Família (curso infantil e primário elementar); g) Centro de Assistência Social (Lactário e Creche-jardim), com as delegações de Alpedrinha, Capinha e Silvares.»

Art.º 3

«Nos termos da lei vigente e em cumprimento de legados ou doações, compete-lhe obrigatoriamente: 1) A manutenção do hospital e anexos e dos organismos de assistência asilar e materno-infantil referidos no artº 2º; 2) A prestação de socorros domiciliários; 3) O cumprimento de legados pios e de outras disposições de benfeitores; 4) A celebração, por alma dos irmãos falecidos, de ofício solene com sermão na terça-feira seguinte ao Domingo de Passos, sem prejuízo do encargo anual de sessenta missas por alma dos instituidores e pelos irmãos vivos e defuntos, nos termos do rescrito pontifício de 1 de Maio de 1935; 5) O enterramento dos indigentes e pobres que não tenham família ou meios para o funeral.

§ 1º Como órgão primário da assistência municipal, poderá a Santa Casa da Misericórdia criar novas modalidades de assistência, ou congregar sob a sua égide outras instituições de beneficência do respetivo concelho. § 2º De acordo com a câmara municipal, poderá também encarregar-se da assistência aos expostos e desamparados. § 3º Os serviços clínicos do hospital e anexos e de assistência materno-infantil poderão ser prestados a pessoas não indigentes nem pobres, mediante pagamento das taxas fixadas nas respetivas tabelas.»

O Art.º 2 identificava todos os imóveis e valores que, à data, constituíam o seu património, admitindo a incorporação e o surgimento de outros que lhe adviessem por «justo título». Tal foi o caso da edificação do “Hospital sub-regional” do Fundão.

O LENTO PERCURSO DA CONCRETIZAÇÃO DO HOSPITAL

A capacidade de adaptação das Misericórdias «aos sinais dos tempos» constitui, para muitos estudiosos, a chave fundamental da sua sobrevivência aos ventos por vezes desfavoráveis que, por tantas ocasiões, agitaram a sociedade portuguesa. No caso em análise, a tomada de consciência das deficientes condições, quer ao nível dos equipamentos técnicos, quer do estado de salubridade do velho hospital local para a prestação de cuidados de saúde eficientes e de acordo com a evolução da prática da medicina, fez surgir a necessidade, advogada pela Misericórdia, da construção de um novo edifício. Para o despertar dessa consciência junto da comunidade muito contribuíram as vozes dos médicos locais que, por estas décadas, formavam uma pequena elite profissional e que se demonstrou ser essencial na definição de estratégias e na identificação das valências e dos equipamentos que o moderno edifício deveria contemplar.

Em Fevereiro de 1944, a Mesa assumia as «miseráveis condições» em que se encontrava o antigo hospital, concluindo ser: «(...) urgente a construção de um novo Hospital, visto que o atual edifício não satisfaz à necessidade de todo o concelho não é digno do bom nome desta terra» (ASCMF, Atas, 1944: 102). E, no sentido de alterar esta realidade, o Provedor José Alves Monteiro comprometia-se a procurar um engenheiro competente que se encarregasse de dar forma ao projeto do novo empreendimento de arquitetura hospitalar. A posição e o interesse da Misericórdia fundanense em matéria de saúde pública inseriam-se numa prática e intenção que atravessava o país. Na verdade, o período compreendido entre 1926 até aos alvares de Abril de 1974 foi para as Misericórdias um tempo de estabilidade e de afirmação do seu múnus assistencial junto dos mais desfavorecidos, repartido por áreas tão diversas como o ensino, a prestação de cuidados de saúde, a criação de lactários e de creches ou, nos cinzentos anos das décadas de 20 e 30 do século XX, da organização de cozinhas e sopas dos pobres, práticas de caridade que desempenharam uma ação determinante na sobrevivência de grupos sociais pauperizados e desfavorecidos.

Esta multiplicidade de prestações diligenciadas pelas Misericórdias, fruto da firmeza de intenções então vivida, solidificou a política seguida pelo Estado em matéria assistencial aos mais desprotegidos, durante este período temporal. Orientada pela articulação entre as iniciativas da sociedade civil e as responsabilidades do Estado, esta política conduziu a uma progressiva alienação das responsabilidades estatais em matéria assistencial, deixando às Misericórdias campo livre para a plena e efetiva aplicação e desenvolvimento das regras propostas nos seus *Compromissos*. A iniciativa da Misericórdia do Fundão de chamar a si a construção de um outro edifício hospitalar, de acordo com as exigências do tempo, insere-se nesta circulação de responsabilidades. Assim o traduz a ata de 1 de fevereiro de 1944, onde se apela à participação e ao envolvimento no projeto por parte da população:

«Vai por este Portugal fora, um movimento lindo de caridade e interesse, em volta destas instituições benditas, que são as Misericórdias. Os Cortejos de Oferendas e outras iniciativas impressionantes de generosidade, vêm dizer-nos que a gente de Portugal é sempre a mesma *generosa e boa, dedicada e cristianíssima*. Com a gente da nossa terra ousamos contar absolutamente para a rápida efetivação deste plano de bem-fazer. Pobres e ricos, todos têm o seu lugar nesta bendita cruzada – os pobres dando como pobres, os ricos dando como ricos. E Deus saberá recompensar largamente, todas as generosidades que surgirem e que nós confiadamente esperamos» (ASCMF, Atas, 1944: 125 v).

Entretanto, a 4 de março de 1945, o Ministro do Interior deslocar-se-ia ao Fundão para inaugurar o Centro de Assistência Social, outra importante obra do complexo de equipa-

mentos que se encontravam sob a gestão da instituição fundanense. A visita revelou-se um acontecimento decisivo nos ritmos, na negociação e nas dinâmicas da construção. No discurso que o Provedor José Alves Monteiro dirigirá ao Ministro, o desejado projeto da Misericórdia ressalta como podemos ler no Boletim desta e deixamos em súmula (MF. Boletim, 1945). Com efeito, depois de apresentar as carências prementes em matéria de saúde das populações «deste grande concelho rural (que ultrapassava as 50 mil almas)», o Provedor chamou a atenção para o facto de o Fundão ser «(...) uma das primeiras zonas agrícolas do país e centro vital da Cova da Beira», colocando a construção da nova obra como uma das mais ansiadas aspirações deste território: «por ela vimos lutando em perseverante campanha que data mais de um ano, e com a consecução de tão imperioso objetivo teremos vencido o último passo do nosso programa em prol da assistência local». Chamando a atenção para o importante papel desenvolvido pelas Misericórdias no cuidado aos mais desfavorecidos da população, concluiu: «vivemos felizmente na Pátria Casa Lusitana, núcleo tradicional de obras modeladas de proteção aos indígenas e desamparados, e a tantos de vida ameaçada ou diminuída que não poderiam prover, por si próprios, a um mínimo de necessidades essenciais».

Momentos de esperança e de desânimo, motivações continuadas e persistentes, complexas ligações entre a Misericórdia e o Estado, perpassam pelas atas da Misericórdia, aproximando-nos do que foi um trabalho moroso, persistente e empenhado em prol deste equipamento imprescindível para os cuidados de saúde das populações. A 7 de Abril de 1946, a Mesa examinou o anteprojecto do «Hospital sub-regional», da autoria do arquiteto Fernando Silva (1914-1983), que deveria ser enviado para a Secretaria de Estado da Assistência Social, para a sua aprovação. Entretanto, um facto marcaria a relação entre a Instituição fundanense e as diretrizes procedentes dos órgãos decisórios e de afirmação regional do Estado. A 20 de Maio desse ano, o diretor dos Serviços Clínicos do Hospital fundanense, José Carvalho, seria nomeado Governador Civil do Distrito de Castelo Branco. A 8 de Setembro de 1946, a Mesa afirmaria a sua participação nas comemorações do centenário da autonomia municipal, «assumindo desde já a responsabilidade do encargo da cerimónia do lançamento da primeira pedra do edifício do Novo Hospital e da organização do 2º Cortejo de Oferendas», como se lê na acta.

O “CORTEJO DE OFERENDAS” DE 1947

O fenómeno dos Cortejos de Oferendas foi uma das formas de angariação de meios, principalmente de natureza monetária, desenvolvida pelas Misericórdias no período após a 2ª Guerra Mundial. Em certas localidades, a realização continuada de Cortejos manteve-se até aos finais dos anos 60, coincidindo a sua desvitalização com o início do grande surto emigratório que despovoou a paisagem rural portuguesa. O primeiro Cortejo de Oferendas do Fundão teve lugar em Setembro de 1945, abraçado a várias ideias e percecionado como uma «afirmação coletiva de solidariedade regional», «um sinal de compreensiva caridade de pequenos e grandes», «como uma festa regional». No boletim da Santa Casa de Misericórdia de Junho de 1945, indicava-se que a organização do evento passaria pela criação de uma comissão central sediada no Fundão e em ligação com comissões locais existentes nas diversas freguesias. Antevendo-se que a manifestação fosse cercada por uma espetacularidade de grande impacto visual, propunha-se no programa a presença de «carros de bois recamados de grinaldas e carregados de géneros e em luzido cortejo folclórico de ranchos regionais». O Fundão seria percorrido por uma demonstração de «alegria popular e de caridade viva».

A 30 de Setembro, «entre agravos da guerra e de maus anos agrícolas», pungente realidade que se expressava no cartaz de propaganda, o certame convocou milhares de pessoas que se distribuíram ao longo do seu percurso. O local de concentração foi no antigo Largo dos Magistrados que se situava próximo da estação de caminhos-de-ferro. Nessa época, ainda não tinha sido aberto o grande eixo de reordenação urbana e de afirmação da pujança económica da década de cinquenta e sessenta que foi a Avenida Salazar. Com início às 14 horas, o desfile percorreu o largo e a rua de Santo António, as ruas de José Germano da Cunha, João Pinto, Duarte Pacheco, Aurélio Pinto e da Misericórdia. O Governador Civil, o Presidente da Câmara e o Provedor e Vice-Provedor da Santa Casa, o Diretor do hospital e outras entidades assistiram na varanda da Misericórdia à chegada do cortejo e só então se incorporaram no mesmo. Várias componentes estruturaram e figuraram no cortejo: 22 grupos ou ranchos folclóricos, com os seus trajes e os seus repositórios musicais locais, as 4 filarmónicas então existentes no concelho (Fundão, Alcaide, Orca e Silvares), uma charanga oriunda do Telhado e, nesta polifonia musical, salientavam-se o ‘bombo’ de Lavacolhos e os zabumbas de Silvares e Souto da Casa. A pequena indústria e comércio do Fundão conviveram com as atividades tradicionais numa cenografia móvel em que se recompôs na vila o quotidiano de trabalho que distinguia algumas localidades, como a elaboração de objetos em verga e esparto, a tecelagem do linho e das mantas de ourelos ou a olaria. Participaram 116 carros de bois, carroças e vários animais de carga. O Fundão, com 31 carros, salientou-se do conjunto, seguido da representação do Alcaide com 12, das Donas com 8, da Fatela e do Telhado com 7, de Alcaria e da Aldeia de Joanes com 6, de Alcongosta, do Castelejo e da Enxarbarda com 4 carros. Alguns dos carros e representações presentes distinguiram-se. Tal foi o caso de um veículo do Fundão, decorado com colchas decerto bordadas a ponto de Castelo Branco, cuja elaboração tinha grande tradição na terra, e o carro da Aldeia de Joanes repleto de centenas de notas de vinte, de cinquenta, de cem, de quinhentos e de mil escudos, que, em tempos de carestia e de crise económica, impactaria junto do público a devoção da freguesia e o seu empenho no evento. Distingamos, também, as mulheres de Bogas de Cima, comunidade periférica do município, que transportaram a pé, desde a sua aldeia até ao Fundão, percurso de mais de 30 quilómetros, «tabuleiros com bolos da região e cestas com galinhas, coelhos e frutas», vencendo serranias, cumprindo uma vontade coletiva de caridade. O rendimento do Cortejo de 1945 totalizou 121.946\$35, sendo 48.304\$00 em dinheiro e 73.642\$35 em géneros.

Em 1947 e numa continuidade da estratégia de angariação de fundos que viabilizasse a edificação do novo hospital, assumindo a preocupação então expressa pelos Mesários conscientes da conjuntura ser deficitária, facto que poderia pôr em causa a construção, a Misericórdia integrava as festas comemorativas do segundo centenário da autonomia municipal dirigidas pela Câmara Municipal. A caridade convivía com a política.

Entretanto, anos antes, as celebrações locais dos centenários nacionais de 1940 contribuíram e geraram um momento ímpar de afirmação e de definição das elites culturais que eram o resultado de um peculiar caldeamento de ideias nacionalistas, tradicionalistas e, principalmente, as filiadas no Integralismo Lusitano, movimento que teve uma significativa presença e ação no Fundão. Foram conjugações plurais de um certo pensar o município, a sua história, a região, o passado e o futuro que o Estado Novo haveria de desvitalizar, centralizar e de reconduzir a uma normalização e uniformização de atitudes e de pensares. Dessa plêiade intelectual e política local apontemos, entre outros, o nome do Comendador José Alves Monteiro, personalidade de interesses multifacetados e de influência determinante nas dinâmicas sociais e culturais do Fundão do seu tempo. José Alves Monteiro proporcionou o surgimento de uma história local firmada em documentos, revelando um passado esquecido ou muito diluído na memória, convocando para a narrativa atores até então excluídos, como os cristãos-novos, ou alçando

a necessidade do conhecimento, por parte do coletivo, da existência e «devoção» a um herói fundacional municipal. Esta historiografia identitária foi uma proposição tecida a várias vozes e materializada em vários momentos através de iniciativas e de eventos que modelaram a paisagem urbana e que apelaram a discursos diferenciados unidos, no entanto, pelo afã de contribuir para uma textualidade que, ao mesmo tempo, reproduzisse e afirmasse a especificidade fundanense no contexto dos novos figurinos administrativos estado-novistas, como a Província da Beira Baixa, circunscrição surgida da reforma de 1936.



Fig. 1 – Dr. José Alves Monteiro (poeta, historiador, publicista, magistrado, juiz, etnógrafo e arqueólogo, nascido a 25 de Fevereiro de 1890)

Apontemos, como exemplo, a validação da data do feriado municipal, a reconstrução do Pelourinho, inaugurado a 9 de julho de 1935, ou a identificação plena das realidades históricas locais com as evocações e as linhagens históricas estruturadas pela nebulosa ideológica nacional que envolveram as Comemorações Nacionais do Triplo Centenário. A periferia era, pois, com o centro, parte construtiva da identidade nacional.

Para a formatação da cenografia do Cortejo, nomeadamente a sua pretendida expressão folclorizada, muito terá contribuído a ação desenvolvida por José Alves Monteiro que, dentro dos seus interesses polifacetados, foi também o ativador dos estudos etnográficos no concelho, iniciando uma linha de trabalho perfilhada com José Leite de Vasconcelos de quem se considerava discípulo. Ao etnógrafo fundanense se deveu a construção da presença folclorizada do município no Cortejo da Exposição do Mundo Português, nas cerimónias regionais associadas ao triplo Centenário, que tiveram lugar em Castelo Branco, em 1940 e, anos antes, no cortejo folclórico organizado pela Emissora Nacional em Lisboa, a 30 de Maio de 1937. A 30 de Maio de 1940, a vila fez-se, representar no Cortejo Folclórico de Lisboa, integrado nas festas comemorativas da Revolução Nacional. Os

participantes iam trajados a rigor de fins do século XIX, os catorze pares do rancho do Fundão, acompanhavam o carro da romaria, de volta da festa, e cantavam alternados com o “estilo” Santa Luzia, de impressionante acento religioso popular, a modinha amorosa “Diga adonde vai”, e o coral surpreendente d’ “As sachas”. Participavam também os bombos de Lavacolhos e os de Silvares.

No Cortejo fundanense de 1947, a efabulação camponesa e a participação das freguesias assumem regras bem definidas «mantendo a fisionomia de cada uma delas tanto no traje dos componentes dos ranchos como nas canções e danças de uso tradicional». A folclorização patente no evento apresentaria o Município dividido em territórios diferenciados: «Campo, Rio e Cova da Beira» restringindo um limite cronológico para os trajes a serem utilizados: «indumentária domingueira utilizada até à I Guerra Mundial» (*Jornal do Fundão*, 24 de abril de 1947, nº83). Na performatividade de 1947, evidenciou-se um culto às origens históricas da comunidade, numa atitude “neorromântica paroquial” que, afirmando o peso da tradição, despertou sentimentos e valores que evocavam o chão coletivo num grande projeto de enraizamento identitário. Afirmou-se uma geografia de relacionamento entre o centro administrativo e as freguesias, fixando a centralidade municipal como uma fonte simbólica da gestão dos quotidianos. A vila do Fundão detinha uma vocação congregadora contribuindo, deste modo, para a afirmação e o reforço do poder da elite local. A convocatória envolveu a presença de todas as freguesias e as comunidades revelavam-se e desfilavam com orgulho no centro administrativo: «Aproxima-se a hora alta da comemoração da autonomia municipal. A 9 de Junho, faz duzentos anos o nosso Concelho. Para que as ruas das terras que constituem o agregado municipal traduzam o íntimo contentamento de todos nós, embandeirai as vossas casas! Se puderes, junto da bandeira nacional colocai a de D. Manuel I e a do Concelho!» apelava-se nas páginas do *Jornal do Fundão*. Em várias peças deste periódico, o incitamento feito às populações para a sua participação nas Comemorações da autonomia concelhia foi constante, transmitindo imagens de engrandecimento político:

«Fundanenses! Povos de todo o Concelho- daquém e dalém Serra! Decorrem neste momento as festas comemorativas do 2º. Centenário da fundação do nosso Município. Seis Séculos dependentes da vila da Covilhã, os homens que nos justificaram a maioria, no desfavor dos tempos e em duras batalhas de exaltação patriótica, escreveram na história deste Concelho, com a ardente proclamação dos nossos direitos, a página mais alta e a mais bela da nossa personalidade e do nosso orgulho de fundanenses! Cumprem-se amanhã, 9 de Junho, duzentos anos sobre a posse da primeira câmara do Fundão – dois séculos de independência que soubemos merecer nas virtudes da Terra e no sacrifício dos Maiores. Congreguemo-nos, todos, no mesmo pensamento de sagrada coesão municipalista. Acorramos com o nosso entusiasmo e voz de presença ao preito desta hora magnífica, por honra da terra a que souberam fazer grande, prestigiada e livre. Glória aos paladinos da emancipação municipal! Honra e Glória ao novo concelho de D. João VI!»

Uma das principais iniciativas das Comemorações do Centenário do Concelho assentou na realização do *I Congresso Municipal* tendente a um conhecimento das realidades concelhias e alcançando aspetos da vida cultural, económica e social, para além de um aumento da composição de uma nova historiografia do concelho a partir de esquecidas fontes e de renovadas biografias. Repartido por quatro sessões ocorridas nas principais freguesias do concelho (Fundão, Alpedrinha, Capinha e Silvares), o Congresso juntou algumas das personalidades intelectuais da região e tratou duma pluralidade de conteúdos e de temáticas. Intensificou-se, por exemplo, o surgimento de particulares narrativas etnogenéticas do território cujas origens do povoamento remontariam a um passado mais longínquo do que a data fundacional que se encontrava a ser comemorada. E, foi nesta linha de construção da memória coletiva, que também foi inaugurado o Museu Municipal, anos antes

idealizado por José Alves Monteiro, o seu primeiro diretor. As Festas do Centenário da autonomia do Concelho desenvolveram-se em dois ciclos: o primeiro ocorreu entre os dias 5 e 9 do mês de junho; o segundo, em setembro, no qual se integraria o *Cortejo de Oferendas*. As atas das sessões da Mesa revelam-nos as razões inerentes à realização do Cortejo: insuficiência das receitas em relação às despesas do movimento hospitalar e, por exemplo, a comprovação do alto nível de pauperização dos doentes. Apelava-se, de novo, à generosidade. Solicitava-se o patrocínio do Governador Civil que, por sua vez, tentaria pedir apoio ao governo central, nomeadamente aos ministros da saúde e da assistência, convocaram-se todas as instituições locais públicas e privadas, as escolas e as grandes casas agrícolas para o esforço coletivo. Mas, também, se pretendia que o novo cortejo transcendesse o pretexto para secundar auxílios e contribuísse para a «consagração da obra magnífica da Santa Casa». Reconhecendo-se a carência de receitas face às necessidades, exemplificava-se:

«Mais do dobro gasta em farinhas, anualmente, o Patronato. Meditemos um pouco na grandeza do esforço realizado e façamos nossas as humaníssimas aspirações da Mesa da Misericórdia. Ajudemos, com trabalho com dinheiro ou com géneros, segundo as posses de cada um, a manter uma obra de assistência que é já hoje um dos motivos de orgulho do nosso concelho e será amanhã a perfeita realização dos nossos deveres de solidariedade para com o próximo».

Também abrangida nas Comemorações estava em organização uma exposição agrícola da responsabilidade do Grémio da Lavoura. A Comissão propôs aos lavradores que guardassem alguns exemplares dos seus melhores produtos a fim de serem leiloados na Feira de 21 de Setembro a favor do Hospital. Reconhecia o Grémio que:

«São de crise os tempos que correm. Mas ninguém esqueça que a Lavoura está sofrendo tais efeitos como nenhuma outra atividade e cumpre briosamente o sagrado dever de ajudar os que precisam em termos compreender toda a extensão do seu sacrifício. Ao entusiasmo dos que generosamente acorreram à chamada juntar-se-á o auxílio de todos os habitantes do Concelho».

Em Julho, definia-se a 2ª quinzena de Setembro desse ano, como a esperada data para a desenhada realização do Cortejo de Oferendas: « (...) com a representação folclórica das freguesias do concelho em entendimento com as autoridades superiores do Distrito e do Município» (ASCMF, Atas, 1947: 24). Numa construção gráfica muito objetiva, e afastando-se da linguagem metafórica e exaltante, o *Jornal do Fundão* começa a publicar quadros sob o título «números que falam». Sirva de exemplo o quadro, saído a 7 de Setembro, onde se aponta a disparidade entre as receitas e as despesas da instituição nomeadamente as do hospital e as do albergue.

O 2º Cortejo partiu do Largo de Santo António e das ruas adjacentes e percorreu a Avenida Salazar, um recente eixo estruturante das vivências urbanas da vila, um autêntico cenário urbano onde se materializaram alguns equipamentos associados a um ideário de progresso tão cara ao regime vigente. A «Magnífica lição de solidariedade, de beleza e de entusiasmo popular» abriu com a Banda de Peroviseu caracterizada na imprensa como um «simpático agrupamento musical de gente humilde, quase todos trabalhadores rurais que, como todos os demais que vieram nesta hora de consagração, quis trazer à Misericórdia o testemunho da sua simpatia». Seguiu-se a Corporação dos Bombeiros e um grupo de crianças, umas internadas no Lactário, outras das escolas do Alcaide, que traziam bolsitas com fruta. O Cortejo organizou-se pela ordem alfabética das freguesias que se apresentavam no desfile de uma forma ordenada, hierarquizada, expressando as

suas realidades folclóricas, as aptidões produtivas das casas suas agrícolas. A ocasião foi também utilizada para promover, no grande texto comunicacional que foi concurso, algumas justas reivindicações por parte das comunidades. Tal foi o caso do cartaz, rodeado de lâmpadas, empunhado por uma rapariga do Pesinho, povoação anexa da freguesia de Alcária: «Pesinho, às escuras, pede luz!», reivindicação reforçada pelo rancho da localidade que fazia ecoar no público assistente: «Queremos luz para ver / Pois estamos na escuridão / E a Câmara não esquecer / Que pertencemos ao Fundão». Apontemos ainda a referência que Alcongosta fez à sua esquecida e ansiada estrada: «Alcongosta nunca pára / A caminho do Fundão / Quando não houver estrada / Cá viremos de avião».

Localidades	Carros de tração animal	Ranchos	Veículos	Representação	Outros
Alcaide	11	1			
Alcária	6	1	1	Operários a trabalhar cerâmica	
Pesinho		1			
Alcongosta	2	1	1	Operários a trabalhar produtos de verga	
Aldeia de Joanes	7				
Alpedrinha	9	1			
Capinha	4	1			
Castelejo	7	1	1		
Fatela	2				
Orca	4				
Peroviseu		1			
Donas		1			
Três Povos / Salgueiro / Escarigo	3	2			
Castelo Novo	5	1		O velho castelo	
Souto da Casa	4	1		Ferreiro e forja	
Soalheira	6	1			
Bogas					1
Silvares	19	1	2	Roda a retirar água do rio	
Telhado	7	1		Transporte de olaria	
Aldeia Nova	2	2			
Valverde	6	1			

Quadro 1

Diversa foi a representação do Fundão onde se evidenciavam algumas ausências como a imprensa aludiu. O desfile demonstraria a importância dos serviços, do comércio e da indústria, mas cujos donativos teriam ficado aquém do expectável. Os temas ostentados surpreenderam. Por exemplo, os caixeiros desfilaram vestidos de pastor, levando um rebanho de onze carneiros; o moleiro, no seu burro, carregava dois sacos de cereais, lembrança da moagem tradicional e contrastava com uma galera carregada de farinha e sêmeas da então emergente Empresa de Moagem do Fundão. A apresentação das inovações tecnológicas esteve a cargo da empresa Electro-Gardunha, representante no Fundão da marca Philips, que se apresentou com carro que exibia um aparelho de rádio. O itinerário foi percorrido por carros alegóricos como o do Grémio dos Comerciantes, armado em madeira com cobertura a gesso encimado por um rapaz que retratava Mercúrio, ladeado por uma rapariga, sentada num trono, que figurava a Indústria. O carro

dos estudantes também se notava pela sua mensagem simbólica: Minerva ouvindo uma serenata. Três raparigas ajudavam a transportar o estandarte da Associação dos Empregados, outras vendiam emblemas. Vários carros cheios de ofertas de artigos comerciais completavam a representação do Fundão. Os idosos utentes do Albergue, seguidos da Banda de Silvares, fechavam o segundo Cortejo de Oferendas. Jovens da Mocidade Portuguesa efetuaram um peditério ao longo do percurso. Em jeito de balanço, relatava-se no boletim da Instituição:

«Com brilhantes representações de todo o concelho, realizou-se em 28 de Setembro, dia do encerramento das festas da Autonomia Municipal, o 2º Cortejo de Oferendas da Misericórdia do Fundão. Cerca de 120 carros, vistosamente engalanados, conduziam pelas ruas da vila a subscrição dos povos do Município, em valiosas oferendas cujos produtos totalizou 124543\$50. Ranchos folclóricos de típica expressão regional, com os famosos zabumbas do Rio e as velhas filarmónicas de Bogas de Baixo, Peroviseu e Silvares, deram ao burgo a vibração e o entusiasmo dos grandes dias festivos. O Rio, Campo, a Cova da Beira, com a Capinha e Três-Povos cumpriram galhardamente o seu dever de participantes do Cortejo, tanto em contribuição material, apesar da rudeza do tempo, como na rumorosa embaixada dos seus ranchos. Na Praça do Município, findo o Cortejo e durante o banquete oferecido pela Câmara aos representantes da família Vaz de Carvalho, autoridades e comissão organizadora das festas – houve exibição de danças populares, que se prolongaram no Parque das Tílias até depois da Récita de gala, com adjudicação de prémios aos ranchos classificados.»

Freguesias	Donativos
Alcaide	240\$00
Alcaria	125\$00
Aldeia de Joanes	2.675\$00
Aldeia Nova do Cabo	845\$00
Atalaia do Campo	462\$50
Barroca	2.059\$80
Bogas de Baixo	1.000\$00
Bogas de Cima	407\$50
Capinha	3.300\$00
Donas	7.244\$50
Donas (Chãos)	50\$00
Fatela	20\$00
Fundão do Grémio do Comércio	2.000\$00
De Comerciantes	2.000\$00
Do Carro dos Estudantes	2.076\$50
Donativos recolhidos com a colcha da Mocidade	952\$75
Donativos recolhidos com a colcha dos Bombeiros	2.704\$20
Janeiro de Cima	730\$00
Lavacolhos	82\$50
Orca	1.100\$00
Peroviseu	650\$00
Silvares	1.200\$00
Soalheira	1.778\$10
Souto da Casa	550\$00
Telhado	250\$00

Quadro 2 – Valor dos donativos em dinheiro angariados pelas comissões das freguesias para o 2.º Cortejo de Oferendas

Em Outubro de 1946, a Mesa tinha estabelecido contactos com o autor do anteprojecto do Hospital para se proceder a alterações exigidas e, no verão de 1947, iniciaram-se as expropriações dos terrenos para a instalação do edifício. Mas, nestes tempos de pós-guerra a situação era desfavorável. A conjuntura económica implicou um significativo atraso no começo das obras. O Hospital sub-regional tardava. A 2 de Abril de 1948, a Comissão de Construções Hospitalares comunicava que, perante a elevada estimativa do 2º anteprojecto, entretanto gizado, no valor de 15.600 contos, remetia para o ano de 1949 o possível envio da verba para a sua concretização. O *Boletim da Misericórdia* traduz esse clima de apreensão quanto aos encargos financeiros necessários para a continuação da obra, reforçando, todavia, a importância dos legados de beneficência, já conseguidos e a contribuição das gentes do concelho nos cortejos de 1943 e 1945. A hora era de «Meditação», afirmava-se no editorial do Boletim: «Justiça social, eis a palavra de ordem», apelando-se a uma união de esforços, e reafirmando a intenção firme da Misericórdia fundanense em concretizar o seu projecto: «Não se ganha o céu com as folhas caídas da intenção, mas com os renovos da acção empenhada, abnegada e fecunda.»

A INAUGURAÇÃO DO HOSPITAL E O CORTEJO DE 1955

Em finais de 1950, organizou-se a Comissão Central que será responsável pela gestão dos trabalhos e pela concretização arquitetónica do novo hospital que reunia todas as forças vivas, políticas e religiosas, da localidade. Comparavam-se os vultosos custos do empreendimento com as sérias realidades e capacidades financeiras em que se encontrava o concelho. A Comissão apelava, pois, à convergência de todos nesta «cruzada de solidariedade humana», desígnio confirmado numa reunião ocorrida na Câmara Municipal, a 31 de dezembro de 1950, onde se analisou e expressou qual o verdadeiro empenho das autoridades locais e regionais na execução da obra. Finalmente, em 1955, o sonho do novo Hospital da Misericórdia do Fundão tornou-se realidade. Na sessão ordinária da Mesa da Misericórdia de 25 de outubro de 1955, a Mesa expressava um sentimento de grande regozijo pela materialização do seu novo Hospital. Era como «(...) o despertar de um sono longo. Bastante se lutou para que o novo Hospital fosse hoje uma realidade (...)», lê-se na ata. Um sentimento de orgulho pela obra perpassa nas atas dessas datas. As dificuldades e os obstáculos haviam sido, com muito esforço, definitivamente ultrapassados. E, realcemos, assim aconteceu. Foi pela dedicação e tenacidade da sua vetusta Misericórdia, que agregava um notável conjunto de cidadãos exemplares, que a vila viu surgir na sua malha urbana uma unidade de saúde que tão relevantes serviços haveria de prestar, anos mais tarde, a toda a população do distrito.

Na liderança do projecto, continuava a destacar-se Monsenhor Santos Carreto (1885-1961) que, à data, ocupava o cargo de Presidente do Concelho Municipal de Assistência. Esta personalidade, primordial na conceção, fundação e gestão das instituições assistencialistas e educacionais do Fundão, como o *Dispensário Antituberculoso*, o *Abrigo de S. José* ou o *Seminário* na primeira metade do século XX, abraçaria a concretização do novo hospital com grande determinação e perseverança. Com efeito, havia sido durante o seu mandato como Vice-Presidente da Santa Casa que, conjuntamente com José Alves Monteiro, lançara, anos antes, a ideia do surgimento do novo equipamento. Prosseguia-se a necessidade de uma angariação objetiva de fundos locais e nacionais e de uma capitalização continuada do projecto. Para isso, impunha-se uma premente necessidade de remotivação de toda a comunidade e do envolvimento das distintas hierarquias sociais, juntando vontades e diluindo diferenças. As vozes da Igreja e a da Misericórdia estavam unidas. Relembrando esta incontornável e ímpar figura da história da Diocese da Guarda, escreveu, em 1995, António Paulouro que, enquanto fundador e exímio jornalista do *Jornal do*

Fundão, acompanhou e apoiou o projeto desde a primeira hora, nas comemorações do 40º aniversário do Hospital:

«Mas é indeclinável dever lembrar hoje e aqui que sem a criteriosa perseverança, a abnegação clarividente de Monsenhor António dos Santos Carreto talvez não houvesse, hospital, este. (...) O que se sabe é que este hospital de 1955 ainda hoje honra o Fundão e o seu conselho – e que se deve, principalmente, a Monsenhor Carreto, falecido em 1961 cuja memória esta terra por vezes ingrata e leviana parece ter esquecido».

O discurso de Monsenhor Alves Carreto, aquando da inauguração do novo Hospital e da orientação e rumo que deveriam pautar a ação das Misericórdias, dá-nos uma imagem da dimensão e da grandeza do seu pensamento. Através dessas palavras ecoavam no Fundão alguns dos princípios da doutrina social da Igreja contidos nas Encíclicas *Rerum Novarum*, de Leão XIII e *Quadragesimo anno*, de Pio XI:

«Acudir à pobreza e à desventura em anseios vivíssimos de caridade cristã, eis a grande razão de ser destas instituições benditas. Nada deve pois, no desenrolar da sua benemérita atividade sobrepor-se aos interesses da pobreza desventurada, para os quais elas surgiram e que são verdadeiramente sagrados entre os que mais o são.»

E, referindo-se ao facto de os serviços das Misericórdias estarem, na época, a ser procurados «pelas classes mais afortunadas», Monsenhor Alves Carreto alerta para o perigo das Misericórdias puderem vir a estar ao serviço dessas classes, esquecendo a primordial missão para que haviam sido criadas. E considera que: «Fazê-lo, seria lastimável e pecaminoso desvio. A ordenação da vida nestas casas benditas nunca pode ser senão esta – os ricos servindo, por todas as formas os interesses das Misericórdias, e as Misericórdias sempre e só dos pobres e desventurados». No final da sua alocução, são dirigidas contundentes palavras aos desvios da missão e às relações das Misericórdias com a sociedade, lançando um apelo ao subsecretário de estado no sentido de que, sob o seu governo, se assistisse a um retorno aos princípios verdadeiramente cristãos que haviam norteado estas Instituições na sua génese. E interroga:

«Não são hoje, felizmente as nossas misericórdias instrumentos lastimosos da baixa e condenável política?» E, dirigindo-se ao representante do Governo, acrescentou: «A virtude da misericórdia deixou de ser vivida com paixão verdadeira e dali fugiu envergonhada e desoladamente pesarosa? Que fica então, Senhores? Qualquer coisa que queiram mas nunca Casa da Misericórdia e, muito menos, a dizer-se Santa!»

Mas a cerimónia de inauguração de 9 de Junho de 1955, por todo o simbolismo e convergência de poderes que possibilitou, foi também palco e momento para a constatação da verdadeira e frágil realidade social e económica em que se encontrava o Concelho. As dificuldades inerentes ao período do pós-guerra, com um gravoso aumento de custo dos bens essenciais, aliada às frágeis estruturas do sector primário da Beira, onde ao trabalho sazonal, se aliou uma crise de desemprego do sector mineiro, delinearam, pelas terras da Beira, um quotidiano de desânimo e de miséria. Esta dolorosa realidade havia tido eco na Assembleia Nacional pela inconformada e determinada voz de Monsenhor Alves Carreto enquanto deputado da Nação. Mas os seus rogos nunca foram ouvidos... Na cerimónia e na esteira de Monsenhor Carreto, embora afirmando «a fé que todos os fundanenses depositam no futuro e na ação de Salazar», o presidente da Câmara Municipal do Fundão, Fernando Carneiro, denunciaria a gravosa situação vivida pelas populações do concelho:

«Vivendo aqui entre este bom povo não podemos deixar de sentir as suas dores e necessidades e aperta-se-nos o coração nos períodos cíclicos em que se passa fome. Entre as vindimas e a colheita da azeitona, entre as sementeiras e as ceifas, há fome no nosso Concelho e por isso a Revolução tem de continuar!»

O discurso do sub-secretário da assistência confirmava a ideia da edificação do equipamento ser o resultado da política assistencial do regime: «Sem o ideal que Salazar nos trouxe, nada disto seria possível», diria. Confirmava que vinha:

«assinalar com a representação do Governo mais esta pedra branca posta no edifício grandioso da Assistência Social do País, um passo a mais na senda que o governo de Salazar há já muitos anos abriu e em quer caminhar cada vez mais convictamente, cada vez com maiores possibilidades, em defesa da saúde e do bem-estar do povo português».

Todos os discursos da cerimónia revelam uma dependência política por parte das elites locais relativamente às diretrizes oriundas do poder central. A reivindicação é contida e imediatamente louva-se e agradece-se a benesse e a bondade dos representantes do governo. Estes vinham em visita oficial e tinham sido esperados pelas autoridades locais e regionais na fronteira do Município num clima protocolar de exaltação e júbilo. Carros e filas de povo saudavam a passagem da comitiva pelas aldeias no percurso até à sede do concelho, num cerimonial de gratidão e de agradecimento pela benesse material. A transcrição das elocuições, que ocupam várias colunas do *Jornal do Fundão*, permite-nos uma aproximação à receção dos mesmos e uma análise dos seus conteúdos dominados por uma forte presença de arquiteturas discursivas religiosas, tecidas por um sentido providencialista, por uma atitude de dependência face a princípios que, em sùmula, revelavam a presença invisível, mas norteadora, ditando a ideia da concretização do projeto ser obra de António de Oliveira Salazar.

O Cortejo de 1955 encontrou-se articulado a uma obra física, a um projeto que advinha de uma necessidade premente e sentida pelas populações e pelos poderes locais: a construção do novo Hospital da Misericórdia. E foi compreendido como um agradecimento. Outra das coordenadas de reflexão que devemos ter presente é o nível organizacional deste cortejo. A mobilização e representatividade das comunidades foram devidamente formatadas, adivinhando-se os momentos de entusiasmo que a sua preparação poderá ter despertado em muitas aldeias como um tempo de negociação e de construção identitária controlada pelos ilustres de cada comunidade. O cortejo era o símbolo de uma caridade onde todos teriam lugar, ligando-se a vontade das gentes ao devir dos poderes numa osmose aparentemente equilibrada na gestão do património simbólico dos eventos. Conviviam várias generosidades... A organização do cortejo de 1955 ocupou o início do outono, finais de setembro, convocando-se, segundo o Provedor, em carta enviada em 16 de Outubro ao presidente da Associação dos Empregados do Comércio do Fundão, o concurso de «todas as pessoas de boa vontade» para a realização de um cortejo de oferendas, «destinado a minorar os graves encargos que pesam sobre esta instituição» expressando-se que:

«Tudo indica que a inauguração do hospital Sub-Regional constituirá acontecimento marcante na vida do Fundão e do concelho. Em 9 de Outubro far-se-á a sua abertura e é de esperar que o acto se revista da solenidade e grandeza que a importância da obra amplamente justificar. Nessa data haverá um cortejo de oferendas que servirá para o concelho manifestar a sua gratidão por tão útil melhoramento. Em todas as freguesias, com uma única excepção, o acolhimento dispensado à Comissão tem sido o melhor, podendo dar-se como certa larga e significativa representação das terras concelhias, que com os cantares da

sua gente e trajes coloridos darão nota alacre ao desfile. O dia 9 será de verdadeira festa. À Misericórdia, que há cerca de quatrocentos anos tem desenvolvido actividade ímpar, será dada a certeza, no começo de nova fase da sua vida, que em todas as horas, nas boas também como nas mais difíceis, pode contar com a compreensão e o carinho dos bons filhos deste concelho. Todos – e até os que longe, onde labutam, não esquecem este pedaço de terra da Cova da Beira – colaborarão, temos a certeza, para que o cortejo seja aquilo que é preciso. Vão ser convidados a assistir os senhores Ministros do Interior e das Obras Públicas e Subsecretário da Assistência, que após a cerimónia inaugural assistirão ao desfile do Cortejo de Oferendas».

Pensava-se convidar os ministros do Interior e da Assistência, que após a cerimónia inaugural assistiriam ao desfile do referido cortejo de oferendas (Jornal do Fundão de 25 de Setembro de 1955, nº 450, p. 1). Mas a inauguração, prevista para 16 de Outubro, teve de ser adiada por mais uma semana, devido a não poderem, naquele dia, deslocar-se à então vila os membros do Governo convidados. Assim, a grande festa inaugural do hospital e o Cortejo de Oferendas «a sua útil e alegre expressão popular» apenas se corporizou no dia 16 de Outubro (Jornal do Fundão de 2 de Outubro de 1955, Nº 481, p. 1).

«Magnífico», «vibrante», «grande dia», e «colorida mensagem de gratidão» foram as palavras dos títulos do *Jornal do Fundão* para descrever as atmosferas de júbilo colectivo pela concretização:

«Foram três horas de regalo para os olhos e íntima alegria para o coração. Se a graça exuberante da gente moça foi o grito álcere que a hora tribunal pedia, casos de tocante generosidade fizeram, por vezes, aflorar lágrimas de ternura a quem presenciava o majestoso desfile. Deram alguns ricos como ricos e muitos pobres deram como ricos.»



Fig. 2 – Cortejo de Oferendas de 16 de Outubro de 1955

O cortejo partiu do Largo de Santo António em direção à zona do novo Hospital. Abriam o desfile, a cavalo, três filiados da Mocidade Portuguesa, que empunhavam bandeiras: a da Mocidade; a da Santa Casa e a Nacional. A pé, dois filiados incutiam um som de marcha militar às crianças do Preventório e do abrigo infantil que caminhavam atrás. Seguiam as representações das freguesias ordenados por ordem alfabética, com a ausência

de Alpedrinha e da Orca que, contudo, fizeram a entrega do sua contribuição. Na notícia do *Jornal do Fundão*, cada localidade mereceu a atenção do articulista, apontando-se as diferenças entre as dâdivas individuais com a indicação do ofertante, as dâdivas do coletivo e as resultantes dos peditórios efetuados nas localidades. Destacaram-se alguns casos como a reivindicação do Pesinho, que empunha um cartaz «Quem ajudar a pobreza / A Deus vai emprestar / Devemos dar com nobreza / Que não nos há-de faltar». Valverde implorava água e luz e Janeiro de Cima apresentou-se apenas com um habitante que segurava um dístico que dizia: «Para vir ao Fundão temos que sair às 3 horas, andar 15 quilómetros a pé, para tomar camioneta que sai da Barroca às 6, motivo por que vim só trazer as ofertas de todos: 1000\$00». Ou ainda o letreiro do único habitante da representação de Bogas de Baixo, com a oferta de 1500\$00 mas que empunhava o dizer «Devido à grande distância e difícil meio de transporte venho eu apenas representar a minha freguesia (pequena e pobre) (...)».

Localidades	Carros de Tração Animal	Ranchos	Veículos	Representação	Doação Monetária	Outros
Alcaide	7				665\$50	
Alcaria		1	1	Esfolhada	2051\$50	
Alcongosta		1	1		6417\$70	
Aldeia de Joanes			6		1907\$50	
Barroca / Alqueidão					572\$00	
Bogas de Baixo					1500\$00	
Bogas de Cima		1	2		2582\$50	
Castelejo		1	7	Cantares de Santa Luzia	780\$00	1
Castelo Novo			5		1521\$10	
Capinha			3		561\$00	
Donas e Chãos		2	6	Sachas do milho; colheita de azeitona; indústria da tanoaria	7300\$00	
Enxabarda		1	2	Cena de fiandeiras de linho	250\$00	
Escarigo			1		55\$00	
Fatela		1	4		1555\$00	
Freixial			4		220\$00	
Pero Viseu		1	7			1
Póvoa da Atalaia		1			307\$70	
Lavacolhos		1	1			1
Pesinho		1	3		565\$00	
Quintãs					3500\$00	
Salgueiro		1			600\$00	
São Martinho			1		397\$50	
Silvares		1	9	Santa Luzia		2
Janeiro de Cima					1000\$00	
Souto da Casa		1	6		5027\$00	
Vale Prazeres				1	1602\$,50	

Soalheira		1	2	Alegoria das ceifas	8000\$00	
Valverde		1	6	Fiandeiras	420\$00	
Telhado		1			566\$00	

Quadro 3

O Fundão incorporou nos desfiles as principais empresas da vila: a Empresa de Moagem do Fundão Lda, a Garagem Barrocas, a Courel, a Electro-Gardunha, a par de carros alegóricos com cenas religiosas com representações de Jesus no meio das crianças ou Santa Zita. O Cortejo de Oferendas mereceria a seguinte vibrante e colorida mensagem de gratidão assim resumida:

«Foram três horas de regalo para os olhos e íntima alegria para o coração. Se a graça exuberante da gente moça foi o grito alacre que a hora triunfal pedia, casos de tocante generosidade fizeram, por vezes, florir lágrimas de ternura a quem presenciava o majestoso desfile. Deram alguns ricos como ricos. Pode dizer-se que esta mensagem de gratidão à Misericórdia, a assinalar a inauguração do Novo Hospital, foi digna do grande dia que o Fundão viveu. Dignou-se assistir o ilustre subsecretário da Assistência, sr. Dr. Melo e Castro, que na tribuna armada em frente do quartel dos Bombeiros, manifestou o seu agrado e felicitou os organizadores das várias representações. Rendeu 255.639\$50 o 3º Cortejo de oferendas realizado em 16 de Outubro a favor da Misericórdia do Fundão. A contribuição do Estado saldou-se nos 2.473.206\$21. O sonho acalentado de José Alves Monteiro e de Monsenhor Santos Carreto tinha sido, ao fim, cumprido. Durante toda a década de cinquenta o modelado edificado e estruturado pelo eixo da nova avenida, orgulhosamente denominada de Salazar, materializou as mutações sociais e económicas que renovavam e afastavam a tradicional envolvência rural do cenário da vila. Foram anos de grande atividade construtiva. Contudo a dinâmica e o empenho da comunidade nas manifestações de solidariedade alteraram-se. Em Outubro de 1962, aconteceria, por exemplo, o V Cortejo de Oferendas de «auxílio à Santa Casa da Misericórdia», como se indicava no cartaz de divulgação. Comparando com os eventos anteriores, caracterizaram-se por uma participação mais contida. Nos nossos dias, estas extraordinárias demonstrações de solidariedade permaneceram vivas na memória de alguns, avivadas pelos conjuntos de fotografias, verdadeiras reportagens imagéticas, captadas por Fernando Henriques Duarte Rosel (como era conhecido e assinava as suas obras). Durante décadas, este fotógrafo construiu uma singular herança visual, de relevante valor documental, para a descodificação da história contemporânea do concelho do Fundão, das suas freguesias, ruas, cerimónias, instituições, empresas, ciclos festivos, e das gentes, captando as atmosferas das suas alegrias e, também, das suas tristezas. A propósito deste referencial da história da fotografia regional da Beira, escreveu Fernando Paulouro: « (...)quando a nossa mão toca essas fotos antigas e afasta a patine do tempo, parece que recuperamos alguma coisa perdida no labirinto dos dias para lhe acrescentarmos uma efémera ligação à atualidade, como se o simples gesto de as olhar lhe prolongasse a ilusão da realidade».

REMATE

Os Cortejos realizados no Fundão assumiram-se como autêntico e circunstancial inventário das ténues estruturas comerciais, industriais e agrícolas de cada localidade, apresentando na capital do Concelho, as suas marcas distintivas, principalmente de uma forma folclorizada. Algumas freguesias reproduziam ao longo dos cortejos atividades do ciclo agrícola; outras, com ranchos que trajavam indumentárias tradicionais. Detetámos uma pluralidade de mensagens musicais, onde cada freguesia ou reproduz registos vocais folclóricos ou gestos associados ao trabalho da terra, ou ainda cenas representadas, reforçadas com cartazes onde se liam louvores à iniciativa ou ténues reivindicações de uma ansiada melhoria das condições materiais para as suas terras. Tratou-se de autênticos ritos cívicos que puseram em cena processos constitutivos de uma memória coletiva através da seleção e da fragmentação da sequência das comunidades representadas e da introdução da sua individualidade num horizonte prospetivo comum: o bem do concelho. Desempenhavam, ao mesmo tempo, e ao expandir mensagens normalizadas e controladas, uma função pedagógico-cívica através duma envolvência ideológica, comemoracionista e celebratória e rogatória numa idealizada comunhão da coletividade, numa dimensão votiva, afirmadora de uma intenção que unifica o todo e continuista de um tempo, um tempo presente, tecido de vontades. Os Cortejos eram, em suma, uma representação em direção ao sonhado porvir. O Cortejo de 1945 foi uma experiência que assumiu um sentido de inventariação e um primeiro momento em que se mediu a intensidade do interesse neste tipo de iniciativas por parte da comunidade. Em 1947, o realce foi canalizado para o Fundão como o centro do território municipal, emissor dos seus valores identitários e históricos. Propagou a afirmação de um projeto de futuro para a comunidade fundanense apresentada como equilibrada, estratificada e unida pela vontade de afirmação no contexto regional. O 3º Cortejo cumpriu a capacidade empreendedora e concretizadora da Misericórdia e a expressão dos equilíbrios e das ligações entre as instituições locais e o poder central. Em suma, os Cortejos foram ainda criações performativas, desenvolvidas em espaço público, e materializaram um aparentemente invisível equilíbrio e um controlo entre interesses nacionais centrais e as expectativas das elites locais e regionais, revelando lógicas e idealizações identitárias, ao mesmo tempo revelam uma artificialidade do quotidiano a partir de um estrato cultural popular folclorizado, que se funde numa plácida e exaltante conversão aos ideários políticos e propagandísticas do poder. Cortejo, dizem os dicionários, tanto significa «a comitiva que segue uma pessoa ou grupo de pessoas», «uma reunião em razão de algum acontecimento formal», como se refere a «um gesto atencioso para com outrem». Nos inícios da década de sessenta do século XX, os ares de além Pirenéus começaram a «cortejar» o Fundão rural e o rumo da circulação das gentes, tantas vezes clandestina, foi outro em direção a longínquas fronteiras que possibilitassem uma significativa melhoria económica que diluísse as atávicas amarras tradicionais de um penoso quotidiano rural. De 49.941 habitantes na década de cinquenta, em 1970, eram 34.958 os habitantes que continuavam a ser abrangidos pelos serviços de saúde oferecidos pelo hospital da Misericórdia. Afinal, foi a grande obra coletiva e o principal porto de esperança em prol da vida e do reforço dos elos e dos laços que cumprem o sentir e a vontade de servir o próximo que algum dia surgiu na capital da Cova da Beira.

FONTES

ASCMF (Arquivo da Santa Casa da Misericórdia do Fundão). Atas (1944-1959)

BIBLIOGRAFIA

- BENTO, José, Fundão (1990). Património Histórico e Cultural. Lisboa.
- CAPUCHA, Luís Antunes (1999). Misericórdias. in BARRETO, António Barreto e MÓNICA, Maria Filomena, (coord.). Dicionário de História de Portugal. Porto: Figueirinhas.
- DUARTE, Fernando Henriques (2000). Fundão, Século XX...Um olhar. Fundão: Junta de Freguesia do Fundão.
- GARCIA, Maria Antonieta (2015). Apontamentos para a história do ensino no Fundão. Fundão: Câmara Municipal do Fundão.
- GOMES, J. Pinharanda (1981), História da Diocese da Guarda.
- PEREIRA Adelino e MARQUES, António Lourenço Marques (Sel. e org.). Hospital do Fundão 40 anos. Fundão: Execução gráfica Tipografia "Jornal do Fundão". Jornal do Fundão.
- LOPES, Maria Antónia (2002). As Misericórdias portuguesas de D. José I ao final do século XX. in PAIVA, José Pedro, coord. – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum: fazer a História das Misericórdias*. Lisboa: Universidade Católica [etc.], vol. 1, p. 105.
- MF (Misericórdia do Fundão) (1945). Boletim VIII, Janeiro/ Fevereiro/ Março.
- MF (Misericórdia do Fundão)(1948). Boletim XV, Janeiro/ Dezembro.
- MONTEIRO, Celestino Tavares (1998). Fundão do Meu Tempo. Fundão, 1998.
- MONTEIRO, José (1940). O lugar do Fundão nas origens e na restauração de Portugal. In O Município nas Comemorações Centenárias, Porto, 1940.
- MONTEIRO, José (1999). Etnografia do Fundão. Costumes, Cantares e Tradições. Lisboa.
- NUNES, António Lopes Pires (2013). Cortejos de Oferendas. Castelo Branco 1947 – 1950. Câmara Municipal de Castelo Branco.
- SILVA, Ana Isabel Coelho Pires (2011). O Cortejo de Oferendas em benefício da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Sor (Década de 1950 a 1960)". In Revista de Historia da Sociedade e da Cultura. Vol, 10, 543-567.